

O USO DOS AUXILIARES MODAIS *DEBER* E *PODER* EM LÍNGUA ESPANHOLA

André Silva Oliveira (UFC)¹
andretzn@gmail.com
Nadja Paulino Pessoa Prata (UFC)²
nadjapp@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Neste artigo, trataremos da categoria linguística *modalidade deôntica* em língua espanhola. Para isso, realizamos uma análise dos principais usos dos auxiliares modais *poder* e *deber* encontrados em um tipo de gênero textual argumentativo, o editorial. Os dados para este artigo foram coletados em jornais publicados em língua espanhola, com difusão *on-line*. Para tal finalidade, empregamos a perspectiva funcionalista, tendo em mente de que a *língua funciona como um instrumento de interação social*.

Partindo do pressuposto de que a *modalidade* “constitui uma categoria linguística por meio da qual o falante codifica conteúdos e intenções” (PESSOA, 2011, p. 93), buscamos fazer uma análise dos principais usos dos modais *poder* e *deber* em relação às expressões da modalidade deôntica, sem excetuar a relação que há entre essas expressões com as características do gênero em questão analisado. Procuramos verificar se há também algum tipo de relação entre o uso desses modalizadores deônticos no intuito de contribuir para que o autor, que ao escrever seu texto, faria uso desses modais pensando em determinados elementos comunicativos que poderiam interferir no seu sentido. Pois há uma clara intenção do editor em utilizar-se deles na tentativa de persuadir aos seus futuros leitores dos fatos apresentados.

Em relação à estrutura deste trabalho, ele está composto em três partes distintas: (i) as principais características que norteiam a perspectiva funcionalista, pressuposto teórico para nossa investigação; (ii) a definição de modalidade, especificamente modalidade deôntica; e (iii) os resultados da pesquisa, tendo em vista o *corpus* que fora constituído para a análise.

¹ Graduando em Letras Espanhol pela Universidade Federal do Ceará. Integrante do Grupo de Estudos em Funcionalismo (GEF). Contato: andresgimenezaragon@gmail.com

² Doutora em Linguística. Professora Adjunta do Departamento de Letras Estrangeiras (DLE) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Vice-líder do Grupo de Estudos em Funcionalismo (GEF). Contato: nadjapp@yahoo.com.br.

1. FUNCIONALISMO

Existe uma crença bastante aceita pela própria comunidade linguística, que se trata da complexidade apresentada pelo seu objeto de estudos, a linguagem, levando com que alguns linguistas estabeleçam, por algum tipo de necessidade, uma série de definições e teorias que possam descrevê-la. Dessa forma, ao longo dos anos, muitos linguistas elaboraram diversos tipos de trabalhos de investigação na tentativa de explicar como os seres humanos adquirem e desenvolvem a linguagem. Um dos pioneiros nessa temática foi Saussure, que afirmou que as outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que podem ser considerados desde vários pontos de vista, no entanto, no campo investigativo dos estudos linguísticos isso não acontece, pois seu objeto de estudo (a linguagem) se forma a partir do seu ponto de vista (MUSSALIM; BENTES, 2007, p. 165).

“... outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre (...) bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras” (SAUSSURE, 1977, p. 15).

Sabemos que a partir dos estudos e do seu próprio ponto de vista, Saussure criou seu objeto de estudo pautado na dicotomia entre a língua (*langue*) que se contrapõe à fala (*parole*) ou sistema linguístico em uso. Em suma, há uma contraposição entre o aspecto social da linguagem em relação ao que se entende como algo particular de cada indivíduo. Por isso, o que se reconhece como social é também essencial em oposição ao caráter acessório e acidental da linguagem (MUSSALIM; BENTES, 2007, p. 165). Contrapondo-se ao caráter formalista de interpretar a linguagem de Saussure, o *funcionalismo linguístico* interpreta e concebe a linguagem a partir da relação direta entre o sistema formal e o seu uso pelos falantes de uma comunidade linguística qualquer. Uso este que é feito a partir dos conhecimentos das estruturas que formam parte do sistema linguístico nos diversos contextos comunicativos de fala.

Lyons (1987, p. 207) esclarece que a corrente funcionalista, dentro da linguística, se entende como um tipo particular de movimento dentro do estruturalismo, concebendo a crença de que a estrutura fonológica gramatical e semântica das línguas está determinada pelas funções que devem ser desempenhadas nas sociedades nas quais operam. Por isso, os funcionalistas compreendem que a linguagem funciona como uma espécie de “ferramenta” de interação social, o que nos faz considerar que há uma intrínseca relação entre a linguagem e a sociedade. Ou seja, o interesse da investigação linguística, desde uma perspectiva funcional, sobre passa a estrutura gramatical das línguas, fazendo com que busquemos nas situações comunicativas, das quais podemos

perceber o envolvimento dos interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo, a motivação necessária para as questões referentes ao modo como os falantes fazem uso da língua. Dessa forma, o funcionalismo linguístico busca explicar as regularidades que são percebidas através do discurso interativo da língua, buscando averiguar as condições discursivas nas quais se comprova este uso (MARTELOTTA, 2011, p. 157).

De acordo com Neves (2006, p. 17), a partir de uma concepção geral a respeito da corrente funcionalista, o *funcionalismo* trata-se de uma teoria que se relaciona com a *real* utilidade das unidades linguísticas, ocupando-se das funções dos meios linguísticos de expressão. Neste modo de entender a linguagem, destaca-se como centro condutor de reflexão o conceito de *função*, que não pode ser compreendido como um tipo de entidade sintática, mas como a união efetiva entre o estrutural (sistêmico) e o funcional. De fato, há um rechaço na abordagem da linguagem com foco exclusivamente na correta organização gramatical das frases, para que haja um direcionamento à multifuncionalidade dos itens, ou seja, consideram-se as estruturas linguísticas pelo que elas representam na organização dos meios linguísticos de expressão das funções que se tem uso na linguagem, que, de fato, é de caráter funcional. Por tanto, define-se as estruturas linguísticas como configurações de funções e as diferentes funções são os diferentes modos de significação no enunciado, que colaboram na eficácia da comunicação que se realiza entre os usuários de uma língua. A partir desse tipo de conceito, funcional se revela no fato de comunicar-se e na própria organização interna da linguagem.

2. MODALIDADE DEÔNTICA

Halliday (1985) define a modalidade como sendo uma espécie de avaliação que o próprio falante faz acerca da probabilidade ou do grau de evidência daquilo que ele está afirmando. Para Givón (2001), a modalidade codifica a atitude do falante em relação à proposição, enquanto que, para Hengeveld (1988), a modalidade poderia ser definida como todos os meios linguísticos pelos quais um falante pode expressar seu comprometimento em relação com a verdade da proposição.

Em seus estudos acerca da modalidade, Lyons (1977) distingue-a em três tipos: alética, epistêmica e deôntica. A modalidade alética está relacionada à verdade de uma proposição, por isso seu campo de estudo diz respeito à Lógica e, por esse motivo, não teria interesse algum para a Linguística; enquanto que a modalidade epistêmica e deôntica estão constituídas, respectivamente, nos domínios do conhecimento e da conduta, frequentemente, apontados nas diferentes tipologias de modalidade linguística. A modalidade epistêmica está relacionada ao conhecimento ou crença do falante em relação à verdade de uma proposição, e a modalidade deôntica está relacionada aos atos realizados por agentes moralmente responsáveis e diz respeito às noções de obrigação e permissão.

Em relação à modalidade deôntica, centro da nossa investigação nesse trabalho, Palmer (1986) subdivide-a em dois tipos básicos, igualmente considerados e define-a modalidade como “a gramaticalização das atitudes e opiniões subjetivas dos falantes”. Para o linguista, o elemento de *subjetividade* é um ponto indispensável para definir esta categoria. No que diz respeito a modalidade deôntica, o autor a caracteriza como toda modalidade que contém o elemento de vontade. De acordo com Neves (2006), a modalidade deôntica relaciona-se à necessidade ou à possibilidade dos atos realizados por agentes que sejam moralmente responsáveis, implicando, dessa forma, numa espécie de controle humano intrínseco dos eventos. Ou seja, a modalidade deôntica apresenta um componente interpessoal, uma vez que leva o ouvinte a uma modificação da informação pragmática, no intuito de levá-lo a agir mediante o que fora proferido pelo falante.

Lyons (1977) aponta algumas características que seriam intrínsecas à modalidade deôntica: i) esse tipo de modalidade não descreveria um ato em si mesmo, mas um tipo de Estado de Coisa (EC) que será obtido num tempo futuro pelo ouvinte caso este realize o ato; e ii) por tratar-se de um ato que ainda será realizado, poder-se-ia relacionar a modalidade deôntica à noção de *futuridade*, já que não se pode impor um ato que foi realizado no passado. Há ainda outra característica própria desse tipo de modalidade, que seria o reconhecimento de uma fonte, que poderia ser uma pessoa ou uma instituição, que instaura ou cria uma necessidade que recai sobre o alvo deôntico, pessoa ou instituição à qual está dirigido o valor deôntico instaurado.

Concernente a tudo isso, percebemos que apontar definições a respeito da modalidade deôntica é lidar com escolhas enunciativas do falante provido de determinada informação pragmática para que, em determinada situação comunicativa, sua intenção seja bem sucedida ao chegar ao leitor/ouvinte, de modo a estabelecer assim uma interação. Essa abordagem encaminha o presente trabalho, pois é a partir dela que analisamos o gênero que constitui nosso *corpus* (editorial), análise feita especificamente com relação ao alvo deôntico.

3. METODOLOGIA

A análise da modalidade deôntica em língua espanhola se fez com base no *corpus* selecionado e constituído para descrever a língua em uso. O *corpus* por nós constituído foi montado a partir de textos escritos em língua espanhola (variedade peninsular), extraídos dois jornais com difusão *on-line* na internet. A análise foi feita em um único tipo de gênero textual, tido como argumentativo, o *editorial*, a partir do qual foram coletadas as expressões típicas da modalidade deôntica³.

³ Para a composição desse trabalho, também tomamos por base alguns artigos sobre a análise da modalidade deôntica em editoriais produzidos durante o desenvolvimento da nossa pesquisa no Grupo de

Nossa pesquisa se inicia com a seleção de dos dois jornais divulgados *on-line*⁴, a partir dos quais coletamos o nosso *corpus*: o Periódico I (doravante P1) e o Periódico II (doravante P2). Foram coletados 20 textos, com aproximadamente 10.642 palavras. Para a análise do editorial, foram coletadas 5.353 palavras do P1 e 5.289 palavras do P2, como podemos ver na Tabela 01 a seguir:

Tabela 01: Constituição do *corpus* em língua espanhola

Periódico	Editorial (no. de palavras)
P1	5.353
P2	5.289
Total por gênero textual (no. de palavras).	10.642

Em relação ao gênero que forma o *corpus*, destacamos as seguintes características: O editorial é caracterizado por Melo (1985, p.79 *apud* PEREIRA e ROCHA, 2006, p. 57) como um gênero jornalístico que expressa à opinião oficial de uma determinada empresa diante dos fatos de maior repercussão na atualidade. A partir dessa definição, podemos entender que o editorial se trata de um tipo de texto que emite uma opinião de um determinado jornal, mas sem apresentá-la de qualquer modo aos seus leitores. Diferente de outros tipos de gêneros textuais que expressam a opinião de um determinado autor, sendo um jornalista, um colaborador ou apenas um leitor, de maneira pública e sendo ele o responsável pelo seu texto, o editorial é de inteira responsabilidade da instituição que o editora. Escrever um editorial não implica que o autor seja o dono da empresa, nem que represente a opinião de todos aqueles que a compõe.

Diante do exposto sobre o editorial, ressaltamos que este fora escolhido para nosso trabalho por se tratar de um tipo de texto argumentativo que melhor expressa à posição de um falante (escritor), propiciando, dessa forma, uma provável relação com a modalidade deôntica.

Estudos em Funcionalismo (GEF). Cf. PESSOA, N. P. P.; OLIVEIRA, A. S. **A Modalidade Deôntica em Editoriais: entre a gramática e o discurso em língua espanhola**. 2012. Disponível em: <http://https://docs.google.com/file/d/0B4cNVU2e1SOIcTd3U3pnSmphRjg/edit>; Cf. PESSOA, N. P. P.; OLIVEIRA, A. S.; LOPES, M. F. S. **A expressão da Modalidade Deôntica em Língua Espanhola**. Revista E-escrita, 2013. Disponível em: http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/RE/article/view/844/pdf_381; Cf. PESSOA, N. P. P.; OLIVEIRA, A. S.; LOPES, M. F. S. **As categorias tempo, modo e modalidade em espanhol: uma análise funcionalista em editoriais e artigo de opinião**. 2013. Disponível em: <http://hp.unifor.br/encontros2013/PDFs/12689%20-%20Resumo.pdf>; Cf. PESSOA, N. P. P.; OLIVEIRA, A. S. **As categorias tempo, modo e modalidade em espanhol: uma análise funcionalista em editoriais**. 2013. Disponível em: <http://apeepecurso.files.wordpress.com/2013/08/caderno-resumo.pdf>.

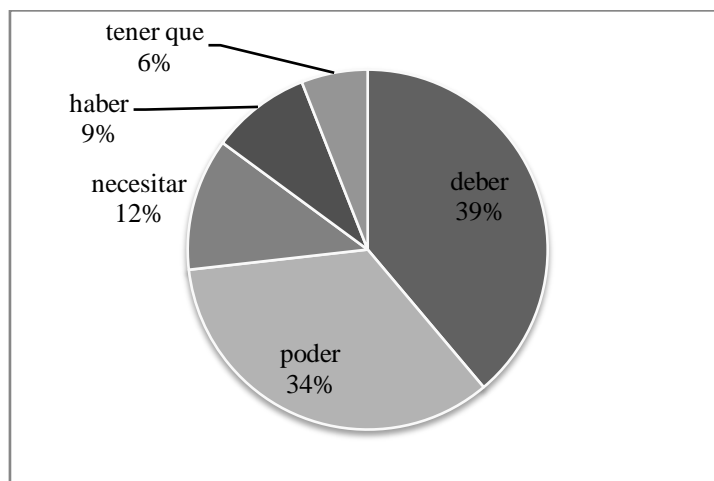
⁴ Por questões de conduta científica, os nomes dos jornais foram substituídos pelos códigos informados no corpo do texto. Além disso, vale mencionar que o foco desta pesquisa é descrever e analisar os modalizadores deônticos em língua espanhola e não relacionar o uso de tais elementos ao tipo de jornal, motivo por que aqui também não se explicitam os nomes dos periódicos.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Segundo Oliveira (2012), o meio de expressão mais utilizado foi o dos auxiliares modais, com uma porcentagem de 87,8% nos editoriais que compunham o *corpus*, manifestados principalmente pelos verbos *deber* e *poder*. Ambos os auxiliares, mas, principalmente o *deber*, estabelece, sutilmente, ao leitor ideias críticas e informações, de maneira a proporcionar uma interação com os futuros leitores.

Dentre os auxiliares encontrados no editorial, parece haver uma tendência de uso de acordo com a seguinte escala: *deber* (26 ocorrências) > *poder* (23 ocorrências) > *necesitar* (8 ocorrências) > *haber* (6 ocorrências) > *tener que* (4 ocorrências). Vejamos o Gráfico 01:

Gráfico 01: Frequência de uso dos auxiliares modais



As demais formas de expressão encontradas no gênero editorial contribuem de forma igual com os valores deônticos estudados, mas numa frequência diminuta. São elas: os substantivos, os adjetivos e os verbos plenos.

De acordo com a Nova Gramática da *Real Academia Española* (2010, p. 529), as perífrases verbais podem ser definidas como tipos de combinações sintáticas nas quais um verbo auxiliar incide sobre um verbo auxiliado, principal ou pleno, construído de forma não pessoal, isto é, apresentando no infinitivo, gerúndio ou particípio, sem dar margem a dois tipos de predicções distintas, enquanto que o verbo auxiliar, costumeiramente, aparece conjugado e pode ser que não se apresente flexionado. Vale à pena ressaltar que muitos dos verbos auxiliares são resultados de algum processo de gramaticalização por meio do qual houve algumas modificações no seu significado e na sua própria forma de combinar-se, mesmo que ainda se perceba alguns resquícios das propriedades que possuíam quando funcionavam como unidades autônomas.

Como já citamos anteriormente na nossa investigação, abundaram os casos de perífrases no infinitivo, em especial, *deber+infinitivo* e *poder+infinitivo*, eixo central da nossa investigação. De fato, as perífrases de infinitivo são as mais numerosas em língua espanhola e, como qualquer outro tipo de perífrases, podem ser modais, aspectuais ou temporais, na medida em que for possível separar esses valores (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2010, p. 537).

Entre as expressões modais analisadas no gênero textual escolhido, destacamos a predominância dos auxiliares modais, nesse caso, o auxiliar modal *deber*, usado em sua maioria para o estabelecimento de *obrigações*. Vejamos:

(1) “... *Gobierno y sindicatos deben afrontar con responsabilidad los duros ajustes que se avecinan...*” (Editorial 08 - P1)

(2) “...*Vamos que el odio debería ser proporcional y no lo es. Es más acusado el que sufre el cine español...*” (Editorial 06- P2)

Em (1), o modal “deber” informa aos leitores que os sujeitos em questão têm por obrigação enfrentar os problemas que estão por vir. Estas conveniências possivelmente objetivam causar no leitor um efeito de reivindicação e consciência a respeito das responsabilidades do governo e sindicato. Em (2), percebemos que o modal “deber” também fornece à sentença a ideia de obrigação, mas diferente do exemplo posto acima, observamos que o tempo em que o verbo se apresenta é o condicional (futuro do pretérito), enquanto o outro tempo verbal é o presente do indicativo. Provavelmente, isso ocorra em função de que o autor não queira estabelecer uma obrigação ao leitor, mas apenas uma sugestão.

A perífrase *deber+infinitivo* se utiliza em língua espanhola, corriqueiramente, para expressar um conselho ou uma obrigação. Deve-se entendê-la como um tipo de perífrases radical, isto é, quando se atribui a entidade designada pelo sujeito certa capacidade, obrigação ou vontade em relação a algo específico (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2010, p. 537-538).

Constatamos o valor deôntico de *permissão* para o auxiliar modal *poder*, o segundo maior percentual constatado na análise. Vejamos:

(3) “... *siga avanzando en entrevistas donde este genocida pueda decirnos dónde están los desaparecidos y los 400 hijos de desaparecidos...*” (Editorial 02 - P2)

(4) “... *entre un libro y un artículo de revista, que se puedan leer de una sentada y que permitan a los periodistas, acostumbrados a entregar textos breves...*” (Editorial 03 - P2)

Tanto na construção oracional (3) quanto em (4), percebemos que o modal *poder* fornece ambas as sentenças à ideia de *permissão*. Observamos que o tempo em que o verbo se apresenta é o subjuntivo (presente de subjuntivo). Provavelmente, isso ocorra em função de que o autor queira estabelecer uma ideia de permissividade ao

leitor, sugerindo que ambos os agentes da construção oracional possam responder aos possíveis questionamentos daquilo que fora relatado.

A perífrase *poder+infinitivo* pode funcionar como um modal radical, expressando uma ideia de capacidade, faculdade, habilidade ou, na maioria dos casos analisados, permissão. Quando se utiliza essa perífrase para fazer perguntas ao interlocutor sobre a sua capacidade em relação a algo, esta se interpreta discursivamente como uma petição (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2010, p. 540).

De acordo com Corvalán (1995, p. 70), os estudos linguísticos direcionados a modalidade se diferenciam em três aspectos: (i) a definição e os tipos de modalidade que podem ser identificados em todas as línguas naturais; (ii) a forma como se estabelece e se constitui a modalidade dita como “verdadeira”; e (iii) a busca pela aproximação teórica na tentativa de dar conta da semântica da modalidade. Dessa forma, alguns autores propõem um significado central que está presente em todos os usos e é compatível aos diferentes contextos das mais diversas noções associadas com os modais, por exemplo, *necessidade* e *permissão*. Em relação aos modais *poder* e *deber*, Corvalán (1995, p. 72) os classifica como tipos de modais que podem apresentar significados invariáveis que representam o uso do modal no lugar de um verbo não modalizador, ou para a escolha de um sobre o outro modal em contextos discursivos particulares. *Poder* e *deber* interagem com outros elementos linguísticos e extralinguísticos que contribuem na produção de múltiplas frases e/ou significados do discurso que são compatíveis com a semântica dos modais.

O modal *deber*, na nossa investigação, está muito relacionado aos casos de obrigação, mas ele pode ser utilizado tanto para casos relacionados à modalidade epistêmica como a deôntica, como nos exemplos seguintes: (i) *Ese debe ser Fernando* (possibilidade epistêmica); e (ii) *Debes estudiar para aprobar en el examen* (obrigação deôntica/necessidade)⁵. O verbo *deber* é um tipo de auxiliar modal que comunica confiança, segurança, alta probabilidade, necessidade e adequação. O significado básico do modal *deber* em termos de que se requeira algo de alguém permite explicar os significados contextualizados em casos de obrigação, conselho, mitigação, possibilidade, dependendo de que esteja presentes o não as circunstancias contextuais que motivem uma ou outra interpretação. Estas circunstâncias incluem: animacidade, natureza da fonte deôntica, atitude de aprovação ou desaprovação do falante ou das circunstancias adversas ou positivas do interlocutor (CORVALÁN, 1997, p. 351).

O modal *poder* está muito relacionado, na nossa investigação, aos casos de *permissão*. Corvalán (1995, p. 78) esclarece que uma fonte deôntica⁶ forte, alguma

⁵ Exemplos retirados do trabalho Corvalán (1997, p. 348).

⁶ A fonte deôntica é entendida como de onde provem a instauração de determinada obrigação, proibição ou permissão sobre algum alvo deôntico, para onde recai a instauração do valor modal e nos estudos relacionados à modalidade deôntica, encontra-se numa divisão bipartida (indivíduo/instituição). Contudo, Pessoa (2007) constrói uma visão tripartida da fonte deôntica, em que consiste em: instituição/indivíduo/não especificada. Pessoa (2011, p. 86) também faz uma ampliação da divisão da

pessoa ou instituição, pode, claramente, instaurar a obrigação e a permissão, de forma implícita ou explícita. Este significado contextualizado inferido por essa fonte deôntica se denomina como *permissão* quando o contexto deixa claro que é possível identificar uma potente fonte deôntica com um tema direcionado a alguém para que realize uma ação futura, como no exemplo: *Puedes hablar cuando yo me calle*⁷. Devem-se considerar também os casos nos quais haja as situações pragmáticas que possam ser entendidas como a concessão da permissão, como no exemplo: *En España a los dieciocho años ya puedes votar*⁸. Este exemplo se define como representativo, pois parece supor uma fonte deôntica, porém o agente não se especifica e não se apresenta, ao mesmo tempo, há uma orientação futura bastante genérica com um valor deôntico que nos faz pensar em algo possível.

Em suma, das 72 ocorrências de auxiliares modais no gênero editorial, (39%) estão relacionadas com a utilização do auxiliar modal *deber* e (34%) estão relacionadas com a utilização do auxiliar modal *poder*, que respectivamente se prestam à expressão da obrigação e da permissão na maior parte dos casos. Percebemos assim que para o gênero editorial, a presença de modalizadores deônticos indicando ideia de *obrigação* e *permissão*, ocorra, possivelmente, por falar em nome de uma “instituição”, uma vez que não é o autor que se responsabiliza pela produção do editorial, mas a empresa que o vincula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da breve análise aqui exposta, podemos concluir que o editorial se trata de um texto de caráter argumentativo, que expressa a modalidade deôntica, principalmente, por meio de auxiliares modais que dão indício da “desejabilidade da ação” por parte de um agente modal.

Pela análise desse gênero textual, pudemos constatar que o editorial apresenta uma quantidade significativa de auxiliares modais, principalmente *poder* e *deber*, e isso se deve ao fato de o editorial ter maior liberdade e, de certa forma, “poder” para a exposição mais aberta das ideias defendidas para persuadir o leitor; e para isso não economiza na utilização dos modalizadores deônticos, uma vez que a sua intenção persuasiva possui maiores vantagens em ser alcançada devido às características atribuídas ao gênero, como auxílio indispensável, é claro, dos modalizadores deônticos.

Assim, as expressões da modalidade deôntica se manifestam de acordo com as características do gênero textual, elas não se manifestam por si só. Nesse caso, se o gênero não objetiva interagir com o ouvinte/leitor nem atuar sobre ele não há porque

fonte, consistindo em (i) enunciador (falante), (ii) terceiro reportado (instituição, indivíduo ou não especificada), (iii) inexistente.

⁷ Tradução feita pela autora (CORVALÁN, 1995, p. 75).

⁸ Tradução feita pela autora (CORVALÁN, 1995, p. 79).

utilizar a modalidade deôntica. Mas como o gênero aqui trabalhado lida diretamente com o receptor, então utilizar à modalidade deôntica é uma estratégia de interagir, ampliar, modificar ou substituir informações, de acordo como vemos em algumas propostas funcionalistas.

REFERÊNCIAS

- CORVALÁN, Carmen Silva. Artigo de Opinião: *Significados de Poder y Deber*. 1997. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=xBIGe8Bw7FkC&pg=PA343&lpg=PA343&dq=corval%C3%A1n+os+significados+de+poder+y+deber&source=bl&ots=HSP2Rc46W8&sig=tY2ZmiT47-wduvreyDdNeBfVPo&hl=es&sa=X&ei=Xp3fU5viCsfJsQSc2YCABg&ved=0CBwQ6AEwAA#v=onepage&q=corval%C3%A1n%20os%20significados%20de%20poder%20y%20deber&f=false>. Acesso em: 04 de ago. de 2014.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax. An Introduction*. Vol. 01. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 2001.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold Publishers, 1985.
- HENGEVELD, K. *Illocution, mood and modality in a functional Grammar of spanish*. Journal of Semantics. Vol. 06, 1988.
- LYONS, John. *Linguagem e Linguística*. Editora Guanabara: Rio de Janeiro, 1987.
- LYONS, John. Modality. In: *Semantics*. Vol. 02. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
- MARTELOTTA, M. E (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Org). *Introdução a Linguística: fundamentos epistemológicos*. Vol. 03. Editora Cortez: São Paulo, 2007.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e Gramática*. Editora Contexto: São Paulo, 2006.
- PALMER, F. R. *Mood and Modality*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.
- PEREIRA, R.; ROCHA, T. Artigo de Opinião: *Discurso midiático: análise retórico-jornalística do gênero editorial*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-rose-mary-rocha-thais-discurso-midiatico.pdf>. Acesso em: 06 de jul. de 2012.
- PESSOA, N. P.. *Modalidade deôntica e persuasão no discurso publicitário*. 2007. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

PESSOA, N. P. *Modalidade deôntica e discurso midiático: uma análise baseada no discurso funcional*. 2011. 224f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2011.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Nueva Gramática de la Lengua Española*. Espasa Libros: S. L., 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Editora Cultrix: São Paulo, 1977.